

UMA REFORMA TRIBUTÁRIA PARA UMA ECONOMIA QUE OPERA ONLINE

A reforma fiscal e tributária não é uma agenda nova no país. Há muito se discute a necessidade de buscar um sistema tributário que evite distorções, facilite a vida das empresas e contribuintes, e apresente transparência. Paga-se tributo demais e com um custo de arrecadação elevado, com perdas ao longo do processo. Entre 1988 e 2008, a carga tributária subiu quase 20% no país. Há excessiva tributação da folha de salário (só perdemos para a Dinamarca, nesse quesito). Por outro lado, há um quadro de técnicos e pesquisadores com excelentes propostas para mudar esse quadro. Quais são os entraves para implementá-las? É para essa pergunta que nos propusemos buscar respostas nesta edição. Esse é o grande eixo temático deste número de *Getúlio* que você começa a ler.

Quatro reconhecidos profissionais discutiram as vantagens e consequências de promover hoje uma reforma tributária no Brasil: o economista Fernando Rezende, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) de 1996 a 1998 e professor da FGV; Everardo Maciel, secretário da Receita Federal no governo Fernando Henrique Cardoso; o advogado Roberto Quiroga, doutor em Direito Tributário pela PUC-SP e sócio do escritório Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados; e Eurico de Santi, também doutor em Direito Tributário pela PUC-SP e coordenador do NEF-Núcleo de Estudos Fiscais da DireitoGV. Ao longo de uma manhã eles repassaram estratégias (reforma em bloco do sistema ou mudanças pontuais efetivas? Qual o melhor momento? Qual a melhor proposta?).

O momento parece ser agora, afirma Roberto Quiroga: “Para uma reforma”, diz ele, “é preciso um momento de progressão econômica. E os próximos 15 anos talvez sejam os melhores de nossa história”, garante. “Sistemas tributários

têm de ser reformados permanentemente, pois respondem a um passado; têm de se ajustar à realidade, com perspectivas para o futuro”, conceitua Everardo Maciel. “Não é possível pensar numa reforma sem a concepção de um modelo que congregue todas as dimensões. Mexe aqui, mexe acolá, e o resultado é um ziguezague que só piora o quadro”, acrescenta Fernando Rezende. “Não há preocupação do Estado brasileiro em relação ao gasto público; não há interação entre os entes da federação no sentido de controlar o gasto. Existe só a preocupação de garantir privilégios”, reitera Eurico de Santi. O debate pode ser lido a partir da página 24.

Antes convém mergulhar na verdadeira aula magna que é a entrevista concedida pelo atual secretário do Trabalho do Município de São Paulo, o professor Marcos Cintra, vice-presidente licenciado da Fundação Getúlio Vargas. Didático, o idealizador do imposto único diz que repensar o sistema tributário nas bases atuais é dar murro em ponta de faca: não tem sentido manter um modelo tecnologicamente superado. “Hoje nosso sistema tributário se transformou no principal instrumento de concorrência desleal. Ser mais ousado que a concorrência na hora de sonegar é o que garante a sobrevivência e o lucro, não a eficiência e a produtividade”, diz. Cintra insiste em que se utilize o grande aliado hoje no sistema de arrecadação: a informática. Na reforma, diz, “é preciso ousar e assumir a modernidade de nossa época de economia online”. São ideias e propostas que abrem novos caminhos para a tão esperada reforma tributária.

Outro ponto alto da edição é a entrevista concedida por Luciana Gross Siqueira Cunha, pesquisadora da DireitoGV, comentando o desafio de elaborar o ICJBrasil, o Índice de Confiança na Justiça, lançado em setembro pela DireitoGV, em São Paulo. Esse novo índice

da FGV foi criado com o objetivo de, a partir de um levantamento sistemático em sete capitais brasileiras, construir uma série histórica, com publicação trimestral, que no futuro permitirá análises mais abrangentes, inclusive sobre o comportamento cultural do brasileiro. “A ideia é fazer do ICJBrasil mais um bem público da FGV”, afirma Luciana Gross.

Conhecido como o “estilista do presidente”, Ricardo Almeida completa o quadro de entrevistados – afinal, a moda forma, com a indústria da construção civil e a automobilística, as três grandes forças produtivas do país. Ricardo fala sobre os rumos da indústria da moda hoje, sobre sua trajetória e estilo. Para ele, em termos de estilo, quando se tem credibilidade pode-se transgredir e criar tendências que serão copiadas por todos. “Com crédito, o defeito vira efeito”, brinca.

Há ainda outros temas, como o relato sobre o CyberSpaceCamp, encontro realizado dias 24 e 25 de setembro numa promoção da ITechLaw e do GVlaw, reunindo profissionais de diferentes países para discutir o impacto da internet e das novas tecnologias em questões jurídicas como liberdade de expressão, proteção ao consumidor, privacidade e direito autoral. Há o ensaio da advogada e crítica Maria Rita Drummond sobre o pintor Henri Matisse (“É preciso ver a vida com olhos de criança”); o perfil do maestro-pop João Maurício Galindo, escrito pela repórter Karina Sérgio Gomes; os novos trabalhos de três dos melhores cineastas em atividade, no comentário de Fábio Fujita; os livros que fazem a cabeça do idealizador do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados, dr. Orlando Di Giacomo Filho – e a saborosa crônica sobre leitura (“Livros para não queimar”), assinada por Nelson Eizirik. Boa leitura e até janeiro de 2010, quando iniciaremos nosso quarto ano de caminhada.

Leandro Silveira Pereira